

A ASSOCIAÇÃO TIPOGRÁFICA ALAGOANA (1869-1899)

Oswaldo Batista Acioly Maciel
(Departamento de História da FFPA/FUNESA; SEMED – Maceió)

Este trabalho é parte dos resultados da pesquisa que desenvolvemos durante o nosso curso de Mestrado em História, na Universidade Federal de Pernambuco, e contou com o apoio financeiro da FAPEAL, a quem agradecemos. A dissertação teve como tema a relação que os trabalhadores gráficos realizam entre identidade da classe trabalhadora e socialismo, no período correspondente a 1895-1905. Este trecho da dissertação, correspondente à parte do terceiro capítulo que discute o processo de valorização dos trabalhadores gráficos e o discurso de identificação coletiva da classe trabalhadora, situa o lugar da *Associação Tipográfica Alagoana* dentro da conjuntura vivida em Alagoas pelas principais entidades associativas dos trabalhadores.

A ASSOCIAÇÃO TIPOGRÁFICA ALAGOANA

A *Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos* foi fundada em 14 de outubro de 1869.ⁱ Sob a liderança de José Leocádio Ferreira Soares, teve como órgão de divulgação inicial *O Século XIX*, que funcionou com certa regularidade em edições provavelmente semanais. Numa primeira fase, a direção do periódico estava sob os auspícios do mesmo José Leocádio, mas depois passa aos cuidados de “uma comissão”.ⁱⁱ Numa referência aos outros cinco jornais que circulavam então na cidade de Maceió, *O Século XIX* se diz diferente deles, pois não é “folha política” mas se dá com a “literatura” e com as “letras”.ⁱⁱⁱ Como característica comum a diversas entidades associativas do período, ela se prestava a socorrer os associados em casos de morte ou impossibilidade de trabalho por parte do chefe ou provedor de suas famílias. José Leocádio chegou a ocupar alguns cargos públicos importantes através de eleição, e outros por

nomeação do governo. Nestes últimos, ele “sempre se houve com lealdade”,^{iv} o que reforça a interpretação elaborada acima para a forma de encaminhamento político existente dentro destas primeiras entidades mutualistas.

A distinção existente entre entidades mutualistas e de beneficência e entidades classistas e de “resistência” é real e operatória. Tal distinção pode ser utilizada enquanto categoria para se verificar, na prática, a diversidade de princípios e de ideologia; as diferenças de encaminhamentos e de posturas; o perfil dos associados e das principais lideranças de cada uma das entidades analisadas. Só que esta distinção, na historicidade constitutiva da vida destas entidades, não acontecerá de uma hora para a outra. Não encontrará um marco divisor que sirva com conforto ao historiador. Ela se vai dando lentamente, com momentos de “avanço” e de possíveis “recuos”. Bastante comuns no século XIX em todo Brasil, algumas destas entidades mutualistas, que sobrevivem por mais tempo e chegam ao século XX, irão adaptar-se aos novos contextos e condições, incorporando práticas que não são comumente imputadas a seu “tipo”. As sociedades de resistência e os sindicatos, nascidos dentro de uma tradição de beneficência, irão, por sua vez, adequar-se à cultura subalterna e dos trabalhadores de determinado contexto para possuir um mínimo de inserção e começar a ganhar respaldo. Entre uma tradição e outra, existe um espaço de negociação. Como bem notou Cláudio Batalha,^v

A idéia de que as novas sociedades de resistência substituíram definitivamente as velhas sociedades mutualistas é falsa. O processo foi lento e bastante complexo. As sociedades mutualistas puras nunca desapareceram inteiramente. Por outro lado, algumas das velhas sociedades acabaram incorporando funções de resistência, do mesmo modo que algumas das novas sociedades de resistência adotaram práticas assistenciais.^{vi}

As entidades mutualistas e de beneficência passam a ser revalorizadas pela historiografia brasileira em função de uma percepção que as insere na mesma tradição cultural das entidades de “resistência”, de formação de uma identidade coletiva dos trabalhadores

através da construção de uma imagem positiva do trabalho, particularmente necessária numa sociedade escravista como era aquela. No entanto, de qualquer forma, elas não são idênticas: possuem suas especificidades. Uma consciência de “classe para si” ocasiona mudanças, principalmente no que concerne à percepção das condições materiais de trabalho e das questões políticas mais gerais. Era o que estava acontecendo em Maceió, em meados da última década do século XIX. Neste sentido, a antiga *Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos* perde representatividade e legitimidade entre os trabalhadores gráficos do Estado, vindo a ser dissolvida em 2 de agosto de 1896.^{vii}

Os tempos eram outros. As perspectivas de melhorias para a classe trabalhadora e para as outras camadas subalternas da sociedade advindas da mudança para o regime republicano não se concretizaram. Entre os gráficos, então, vemos surgir uma outra forma de se encarar a realidade. Notícias circulam no Recife dando conta da instalação de uma *Associação Tipográfica Maceioense* em inícios de 1895.^{viii} Não conseguimos encontrar outras referências acerca desta associação, tendo sido a nota provavelmente fruto de um boato. Mas este é um boato que revela a crise que começa a se instalar no seio da categoria dos gráficos de Alagoas. Sobre este aspecto, vejamos o que João Ferro descobre, numa comparação entre a realidade dos trabalhadores gráficos locais e a dos de outros Estados do Nordeste:^{ix}

Em toda a união brasileira está claramente definido que o progresso de uma classe laboriosa consiste indubitavelmente no início de propagandas grandiosas.[...]

A arte typographica que há sido admirada universalmente e que transmite ao publico legente o pensamento do escriptor, exige o quanto antes uma bem traçada reforma em vários estados do Norte deste vastissimo país americano.

Em Pernambuco, Parahyba, Cergipe [sic] e Bahia a autonomia da operosa classe se mantem heroicamente e os seus direitos inauferíveis são advogados proficientemente e com muita altivez, no territorio alagoano ela definha e os seus representantes assistem inertes o hediondo crime da propagação de uma doutrina condemnada por vultos eminentemente grandes.[...]

É pois uma nobilitante missão doutrinar em prol do alevantamento de uma classe, maxime quando torna-se imprescindivel dar orientação

áquelles que desconhecem os mais rudimentares princípios da administração social.

Neste clima de despertar, João Ferro, Julio Martins, Ladislau Rocha, Julio Soares e Pedro Lisboa articulam, desde o dia 3 de novembro de 1897, uma reunião que será o ponto de partida da organização da *Associação Tipográfica Alagoana*.^x No dia 7, às 11 horas, nas oficinas d'*A Tribuna*, é eleita e empossada uma diretoria que comandará a reativação da entidade pelo próximo ano.^{xi} Em seguida acontecem reuniões para deliberar sobre as formas, valores das “jóias” e os tipos de associados, sobre os estatutos e ações que deveriam ser encaminhadas tendo em vista o melhoramento da classe tipográfica.

A articulação da *Associação Tipográfica Alagoana*, entre outros motivos, está ligada a uma leitura bastante realista do quadro de pauperização do ofício e dos constantes contatos estabelecidos entre os profissionais gráficos de Maceió e do Recife.^{xii} Como já visto, entre 1893 e 1894 o compositor tipógrafo alagoano João Ferro de Oliveira se estabelecerá no Recife, alternando seu dia entre o trabalho nas oficinas e a militância socialista. João Ferro e o pernambucano João Ezequiel, junto com uma equipe de redatores e tipógrafos ligados à *União Tipográfica Pernambucana*, dentre os quais destacam-se Gustavo Deão, João Cruz e Manoel Oliveira, decidem montar um órgão de divulgação da entidade. O órgão, que se chamaria *A União*, teria como gerente o alagoano e como redator principal João Ezequiel, então presidente da entidade dos gráficos pernambucanos. O periódico circula inicialmente com certa regularidade. João Ferro permanecerá como gerente entre dezembro de 1894 e março de 1895, sendo substituído, por problemas de saúde, por João Cruz provavelmente a partir do nº 13, de 21 de março. Ferro, então, retorna para Alagoas, mas continua colaborando com *A União*. O órgão, apesar de se tornar cada vez mais irregular em suas edições, adquire uma ampla penetração em Maceió e em alguns lugares do interior do Estado, principalmente com a permuta entre redações dos dois Estados. Isto se deve tanto aos esforços de divulgação de Ferro como aos contatos estabelecidos por J. Rodrigues de Fonseca. Novo gerente de A

União, numa viagem de férias a Alagoas, realizada provavelmente em janeiro de 1897, Fonseca articula-se com Ladislau Rocha para que este seja o correspondente do jornal no Estado. Os contatos entre Ladislau Rocha e a *União Tipográfica de Pernambuco* são tão profícuos que, no segundo semestre de 1897, ele irá passar alguns meses no Recife.

Estes dois contatos iniciais de alagoanos (e depois o de Julio Martins Sant’Anna em meados de 1898) com a experiência gráfica e a militância do Recife são de extrema importância para se entender, de um lado, a reformulação da identidade coletiva dos gráficos em Maceió, e do outro, a elaboração do socialismo em Alagoas, no período em questão. Esta importância está ligada, principalmente, ao fato de ser o jornal da *União Tipográfica de Pernambuco* dirigido particularmente aos trabalhadores do setor gráfico daquele Estado. Isto se refletia na divulgação de técnicas de composição, de discussão da valorização do ofício, das realizações positivas da entidade e das reivindicações salariais e de melhores condições de trabalho. As leituras produzidas pelos profissionais alagoanos acerca deste material; as inevitáveis comparações; por vezes, a inveja surgida desta comparação; o estabelecimento de conflitos internos individuais e, depois, entre grupos de trabalhadores de setores e/ou de oficinas diferentes, dentre outros motivos, estabelecem uma *crise motivadora* no seio desta categoria que terminará fazendo com que a *Associação Tipográfica Alagoana* seja organizada com outras características, como uma entidade de classe.

Não é por acaso que a primeira grande discussão travada nas primeiras reuniões será relativa ao salário e à jornada de trabalho. Em 21 de novembro de 1897 foi discutida, com fervor, a mensagem de aumento salarial, que girava em torno de 3\$500 e 5\$000, e a redução do tempo de trabalho diário para oito horas. Discutiam-se não só os valores, apresentados por João Ferro, mas também a forma de encaminhar a reivindicação, e as conseqüências da exposição dos nomes dos sócios vinculados a esta reivindicação. Enquanto encaminhamento, era previsto que o aumento deveria valer a partir de janeiro de 1898, sendo composta uma comissão que interpretaria perante os proprietários das oficinas gráficas “os sentimentos deste

gremio”.^{xiii} Provavelmente foram escolhidos os associados mais benquistos e articulados junto aos donos dos estabelecimentos gráficos, mas mesmo assim a reação dos patrões deve ter sido enérgica e dura. Apenas os proprietários Euzébio de Andrade, do *Gutenberg*, e Ângelo Netto deram “apoio” à reivindicação. Ressabiados por prováveis pressões sofridas no local de trabalho, a reunião seguinte após a apresentação da mensagem de aumento, que seria realizada em 28 de novembro, não aconteceu por “falta de numero” de associados.^{xiv} O grupo só se volta a reunir no dia 8 de dezembro, para assistir a uma missa em ação de graças pela (re)organização da entidade. A missa serve de pretexto para nova reunião dos gráficos à noite, quando acontece uma nova rodada de discussões e deliberações.

Após a pausa nos trabalhos que a maioria das redações dos jornais dava, no mês de janeiro, os trabalhos recomeçam sem o aumento reivindicado. Um dos diretores da entidade comenta o assunto:

Se a totalidade da classe manifestasse o ardente desejo de conseguir triumphar tão grandioso e santo idéal [sic] a diretoria da Associação Typographica havia posto em pratica medidas energicas, sem necessitar da grève [sic], meio unico de salvar uma arte da melindrosa situação porque passa.^{xv}

Espelhando a “melindrosa situação” da classe, da qual era “genuína representante” no Estado, a *Associação Tipográfica* enfrenta algumas dificuldades e não tem vida longa. Seu movimento financeiro, pedra de toque de qualquer entidade com essas características, “não tem sido, como era de se esperar, bastante satisfactorio, em face da grande morosidade que ha na realização dos pagamentos das mensalidades dos consocios”. Assim, alguns espetáculos são organizados em benefício da associação. Um deles, oferecido pelo artista Christovam Mendes, “tem servido para liquidar as contas de aluguel do prédio em que funcionou”.^{xvi} Apesar destes percalços, até o fim de seu mandato, a primeira diretoria consegue fundar sede própria. A entidade, no entanto, não sobrevive a abril de 1899, sendo desfeita: “É deveras contristador [sic] que tão util instituição tivesse a existencia da rosa de Malherbe”.^{xvii} Ao

longo deste período de um ano e meio de reorganização da Associação Tipográfica Alagoana, as duas diretorias existentes foram assim compostas:^{xviii}

CARGOS	PERÍODOS	
	nov/1897-nov/1898	nov/1898-nov/1899
PRESIDENTE	João Ferro	Julio Ramos Soares
VICE- PRESIDENTE	Antonio Ferreira de Castro	Ladislau Rocha
1º SECRETÁRIO	Pedro Xavier Lisboa	Júlio Martins Sant'Anna
2º SECRETÁRIO	Ladislau Rocha	Manoel Feitosa
TESOUREIRO	Julio Ramos soares	Olympio Leonídio
ORADOR	Julio Martins Sant'Anna	João Ferro
BIBLIOTECÁRIO		Samuel dos Santos
PROCURADOR		Manoel Brito de Mendonça
COMISSÃO DE SINDICÂNCIA		Joaquim Moreno, Abílio Fernandes e Pedro Colombo

Esta experiência de organização da Associação Tipográfica Alagoana, numa primeira leitura, pode ser entendida como malograda. Mas ela também pode ser entendida de outra forma. Como sintoma de que algo de novo estava surgindo entre os trabalhadores, e enquanto projeto coletivo de valorização sócio-cultural de um ofício – o dos tipógrafos –, cremos ser o primeiro caso que, no Estado de Alagoas e especialmente na cidade de Maceió, relaciona a construção da identidade de uma categoria de trabalhadores ao socialismo. Um fato sintomático desta consciência é que, a partir de então aumenta sobremaneira o número de jornais ligados aos proletários, e duas novas entidades adentrarão pelo caminho aberto pelos tipógrafos: o *Centro Proletário Alagoano* e a *União Operária Alagoana*.

ⁱ Cf. SANT'ANNA (de), Moacir Medeiros. História da Imprensa em Alagoas. Maceió: Arquivo Público de Alagoas, 1987. ver “nota introdutória”. A breve exposição do percurso desta Associação na primeira fase, nitidamente de mutualidade, não possui caráter de pesquisa aprofundada, pois nos preocupamos principalmente com o período pós-1895. Sendo assim, além do texto de Moacir Sant'Anna, nos utilizamos de notas esparsas da historiografia alagoana sobre a entidade e da leitura de dois números de seu primeiro órgão, *O Século XIX*. TENÓRIO, Douglas Apratto em seu “O início da modernização na província de Alagoas” In: Revista do CCHLA/UFAL. Maceió: EDUFAL, ano II, nº 4, jun/1987, (pp.66-75) p.73, fala de uma “Associação Beneficente Typográfica” [sic] por volta do terceiro

quarto do século XIX. Não encontramos outras referências sobre esta entidade. Talvez a denominação diferenciada tenha sido retirada de algum artigo ou nota de jornal que, como acontecia com certa freqüência, nomeie de forma diversa a entidade da qual estamos tratando. De qualquer modo, o professor Luíz Sávio de Almeida, numa das conversas que travamos, conjecturou acerca da existência de uma associação de tipógrafos criada nos primeiros anos de 1850. Talvez seja a mesma referida por Tenório.

ⁱⁱ *O Século XIX*, Maceió, 23 de março de 1871. Doravante, só referenciaremos o local da edição de jornais e periódicos quando este não for Maceió.

ⁱⁱⁱ IBIDEM.

^{iv} Cf. *A União*, Recife, 20 de janeiro de 1898, p.2.

^v BATALHA, Cláudio H. M. "Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária" In: *Sociedades Operárias e Mutualismo – Revista do AEL*. Campinas: UNICAMP, Vol.6, Nº10/11, 1999, (pp. 41/66).

^{vi} O caso de Olympio Costa e Silva é ilustrativo desta postura. Diretor das oficinas gráficas Fonseca, que, mesmo sendo sócio do *Montepio dos Artistas Alagoanos*, exercia (em 1902, quando morreu) o cargo de 1º secretário da diretoria do *Centro Proletário Alagoano*, do qual falaremos adiante. E é interessante saber que o Centro pedira – e o governador cederá – a Banda Musical da Polícia para acompanhar o trajeto fúnebre do associado até o cemitério. *A Tribuna*, 29 de abril de 1902, p.3.

^{vii} SANT'ANNA (de), Moacir Medeiros. História da imprensa em Alagoas. Op. Cit, "Nota introdutória".

^{viii} Cf. *A União*, Recife, s/d, provavelmente de março de 1895.

^{ix} *A União*, Recife, 6 de setembro de 1897, p.2. É bom lembrar que, mesmo publicado num jornal do Recife, este material causa impacto em Alagoas tendo em vista a sua penetração no Estado, particularmente em Maceió. Para um exemplo bastante ilustrativo do tipo de impacto ocasionado à época, *A União* publica uma nota em que fala de *O Pimpão*, jornal maceioense que houvera elogiado o órgão dos tipógrafos de PE. *O Pimpão*, então, compara a situação dos tipógrafos de Pernambuco com a dos colegas alagoanos: "podessem [sic] os nossos typographos fazer o mesmo e não teríamos o rebaixamento d'essa classe que aqui presenciamos, chegando-se a desprezar uma associação com uma já adeantada biblioteca, que hoje vive desprezada, talvez em alguma cosinha. O resultado d'essa negligencia é o barateamento do trabalho." Cf. *A União*, Recife, 15/7/896, p.2.

^x Moacir Medeiros de Sant'Anna. História da imprensa em Alagoas. Op. cit. sugere que esta Associação seja uma outra, e não continuidade da antiga Associação mutualista fundada em 1869. Diversas falas e depoimentos referentes ao acontecimento utilizam-se de termos e argumentos que indicam que houve na verdade uma reorganização da entidade. Não pudemos verificar, mas provavelmente até o rico acervo já mencionado da sua biblioteca fora recuperado e reorganizado. Criada ou reorganizada, de qualquer forma, ela possui características marcadamente diferenciadas: de propaganda socialista e de resistência, como comumente é entendida. Não é à toa que sua denominação mais recente abole os termos "...de Socorros Mútuos".

^{xi} *Gutenberg*, 5 de novembro, p. 2; e 9 de novembro de 1897, p. 3. O *Gutenberg* de 10 de novembro de 1898, p. 2, publica o relatório anual da primeira gestão. No início, o texto indica data diferente: "o 5 de novembro [como] aniversário da reorganização da Associação Typographica [...] Foi nesta data memorável, caríssimos consócios, que foi eleita e empossada a directoria que hoje [6 de novembro de 1898] termina o seu mandato". No entanto, há mais evidências indicando a primeira data, de 7 de novembro, como sendo a da inauguração, e acreditamos que ela seja a verdadeira, inclusive porque cai num domingo, dia mais propício para uma reunião desta natureza. Cf. SANT'ANNA (de) Moacir Medeiros. IBIDEM, também indica o mesmo dia. Apesar de "memorável", ao que parece, a data fora trocada no relatório da primeira diretoria.

^{xii} Da forma com estamos entendendo a reorganização da entidade, ela se caracteriza como mais um capítulo da secular relação existente entre Alagoas e Pernambuco. No entanto, esta relação – que normalmente é entendida como de subordinação cultural e econômica da primeira em relação ao segundo – configura-se aqui como mais complicada, surgindo numa lógica de negociação que depende do caso específico que se analise. Para o nosso caso, a colaboração possui via dupla, e os benefícios e encaminhamentos das posturas seguintes advindas destes contatos são determinados mutuamente. A exposição a seguir pode ser acompanhada nos primeiros números de *A União*, Recife, especialmente os de 27 de dezembro de 1894, p. 1; 28 de fevereiro, p. 2; e 21 de março de 1895, p. 2; 6 setembro de 1897, p. 2; e 31 de julho (p. 2) e 31 de setembro de 1898, p. 3. Dois outros números estão sem identificação de data, sendo provavelmente de março de 1895 e de inícios de 1898, respectivamente.

^{xiii} *Gutenberg*, 10 de novembro de 1898, p2, e *A Penna*, 21 de novembro de 1897.p2.

^{xiv} *A Penna*, 6 de dezembro de 1897. p3.

^{xv} *Gutenberg*, 10 de novembro de 1898, p. 2.

^{xvi} *Gutenberg*, 10 de novembro de 1898, p. 2.

^{xvii} *Gutenberg*, 12 de abril de 1899, p. 3. A metáfora é relativa a seres fugazes, coisas e momentos que duram pouco tempo.

^{xviii} *Gutenberg*, 9 de novembro de 1897, p. 3; e 8 de novembro de 1898, p. 2.